Você conectado na reconstrução do Vale do Taquari
Vale vivo
grupoahora.net.br

A HORA

ANÁLISE, CURADORIA E OPINIÃO DE VALOR

FAÇA SUA ASSINATURA
51 3710.4200
51 99253.5508

Quinta-feira, 10 julho 2025 | Ano 23 - Nº 3883 | **R$ 5,00** (dia útil) **R$ 9,00** (fim de semana)

PIB REGIONAL

Vale é o 8º no RS e força olhar adiante

Alta de 17,9% da produção local mantém posição histórica. Economistas pedem atenção à renda e inovação

Mesmo com o crescimento interno, o Vale permanece como a 8ª maior economia entre as 28 regiões do RS, com uma participação de 3,28%. O volume de R$ 19,1 bilhões em 2021 demonstra a força das dinâmicas produtivas, em especial do setor alimentício. Ainda assim, há campo para mais. Analistas alertam à falta de profissionais com qualificação, baixa renda média e dependência de insumos externos. Para avançar, caminho passa por agregar valor, investimento em pesquisas para criar um selo regional próprio.

PÁGINAS | **6 e 7**

MATHEUS LASTE



ASFALTO DA 129

Compromisso do Estado e vigilância da comunidade

Depois de anos de promessas frustradas da tão aguardada pavimentação da ERS-129, no trecho entre Colinas e Roca Sales, governo renova promessas e garante início das obras ainda neste ano. O investimento previsto é de R$ 56 milhões, contemplando a pavimentação de seis quilômetros de estrada de chão e a recuperação do trecho já asfaltado. A via é estratégica para o Vale do Taquari, conectando regiões altas e baixas e recebendo grande fluxo de veículos — especialmente após a queda da ponte na ERS-130.

CADERNO | REGIÃO **ALTA**

Alexandre Dentee e o filho são moradores da comunidade de Fazenda Lohmann. A placa anunciando a obra foi colocada em 2018 e está com informações defasadas

CRIMES EM ESTRELA

Dois homicídios em menos de 24 horas mobilizam autoridades

Na terça-feira, 8, uma mulher foi vítima de feminicídio e autor do crime foi preso em Porto Alegre. Ontem, 9, um ataque no centro da cidade resultou na morte de um homem. Município busca apoio do Estado para reforçar segurança.

PÁGINA | **9**



OPINIÃO
RODRIGO MARTINI

Do consenso a indecisão, Vale precisa se reorganizar no debate das concessões



OPINIÃO
VINI BILHAR

Convenção qualifica agricultores e reforça potencial do setor

BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

Nova rótula é alternativa para dar mais fluidez ao trânsito

Construção de rotatória visa minimizar um dos principais gargalos do bairro, no cruzamento da avenida Piraí com as ruas Coelho Neto e Guanabara. Medida faz parte de ações do governo de Lajeado para avanços na mobilidade urbana.

PÁGINA | **10**

MAIRA SCHNEIDER



COLETA EM LAJEADO

Governo prepara licitação e vereador sugere CPI sobre lixo

Gláucia Schumacher reconhece problemas, projeta recebimento de estudo técnico em 12 dias e licitação para agosto. Eder Spohr (MDB) defende investigação sobre atuação de empresa contratada emergencialmente

Henrique Pedersini
henriquepedersini@grupoahora.net.br

LAJEADO

Próximo de completar três meses desde a troca na empresa responsável pelo recolhimento de resíduos sólidos, continuam as reclamações sobre o serviço, em especial, nos bairros mais distantes da área central de Lajeado. A insatisfação impulsiona a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) proposta por Eder Spohr (MDB), na sessão da câmara desta quarta-feira, 9.

De acordo com o vereador, o atendimento piora a cada semana e as queixas se acumulam para a empresa Coleturb Soluções Ambientais, com atividades desde 12 de abril, após o fim do vínculo com a empresa anterior. "Vou fazer um requerimento para ver a possibilidade de fazermos uma CPI. Conversarei com os colegas porque do jeito que está não dá mais, a comunidade espera por uma solução", acrescenta.



GLÁUCIA SCHUMACHER
PREFEITA

A empresa foi colocada lá para ficar seis meses, queremos reduzir este tempo. Mas não pode ser o mesmo edital pois teremos os mesmos problemas"

Ainda na câmara, uma comissão especial foi criada para debater aspectos a serem incluídos no contrato definitivo. A proposta é que o documento enviado ao Executivo sirva de base para as exigências às empresas participantes do processo. Os trabalhos são coordenados por Heitor Hoppe (PP) que, apesar de integrar a base de governo, é crítico ao contexto atual do recolhimento de lixo.

Em junho a gerente-geral da Coleturb, Elisângela Amaral, participou de reunião com os vereadores e admitiu falhas no trabalho e relacionou as dificuldades com o excesso de faltas ao trabalho dos coletores e os problemas mecânicos sucessivos em caminhões que percorrem o município. Entretanto, a representante da empresa reiterou que a quantidade de resíduos recolhidos atende ao previsto no contrato emergencial.

Licitação em agosto

Assunto tratado de maneira prioritária no gabinete e na secretaria de Meio Ambiente, as dificuldades no recolhimento de resíduos motivou o pedido de um estudo técnico para uma empresa especializada. A expectativa é que a devolutiva para o governo ocorra no próximo dia 22 de julho. A partir disso, a ideia é intensificar os trâmites para a licitação.

Em acompanhamento nas últimas semanas, a prefeita constatou a ausência frequente de trabalhadores na coleta. Em um exemplo trazido pela gestora, dos 16 profissionais, oito apareceram para trabalhar.

"A empresa foi colocada lá para ficar seis meses, queremos reduzir este tempo. Mas não pode ser o mesmo edital pois teremos os mesmos problemas", conclui. Gláucia prevê a necessidade de uma mudança cultural para que o recolhimento em todos os locais não seja necessário diariamente.

Inspiração em Curitiba

Ao mesmo tempo em que busca soluções imediatas e espera pelo estudo especializado, Lajeado enviou uma comitiva para Curitiba, no Paraná, onde os integrantes da administração liderados pelo secretário de Meio Ambiente, Luis Benoit, conhecem o modelo considerado referência nacional em recolhimento e destinação de resíduos. Entre as estratégias desenvolvidas na capital paranaense, estão o trabalho de conscientização e separação adequada em parceria com a comunidade.



EDER SPOHR
VEREADOR

Conversarei com os colegas porque do jeito que está não dá mais, a comunidade espera por uma solução"

SAIBA MAIS

- Em 12 de abril a Coleturb Soluções Ambientais iniciou o recolhimento por meio de contrato emergencial

- Na primeira semana, moradores queixaram-se da quantidade de lixo acumulado em diversas partes do município

- A empresa alegou problemas em admitir os colaboradores da empresa anterior e na contratação da mão de obra

- Ainda em abril o MP acionou a Coleturb e o município para debater soluções. O assunto é acompanhado pelo promotor João Pedro Togni

- Durante maio, o governo de Lajeado contratou um estudo técnico para analisar o modelo adequado de recolhimento dos resíduos sólidos

- Em 12 de junho, a empresa prometeu ampliar o número de caminhões e intensificar a fiscalização sobre a operação diária

- Nesta semana Eder Spohr (MDB) cogitou uma comissão na câmara e a prefeita Gláucia Schumacher estimou par agosto a licitação definitiva



ARQUIVO A HORA



Serviço atual enfrenta críticas da comunidade. Responsável iniciou em abril

GARCEZ DE SOUZA
Advogados Associados

Com mais de 30 anos de experiência
Departamentos altamente especializados
E-mail: garcezdesouza@uol.com.br
Contato comercial: (51) 3762 1256

DEPARTAMENTO CÍVEL | COMERCIAL
Dr. Jorge Luiz Garcez de Souza
Dr. Giuliano de Souza Orso
Dr. Leonardo Silva de Farias
Dra. Ana Luísa Hertz
Dra. Anna Cláudia Göergen

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Dra. Anna Cláudia Göergen
Dra. Ana Luísa Hertz
Dra. Kelly A. R. Marques

DEPARTAMENTO PREVIDENCIÁRIO
Dra. Bárbara Garcez de Souza
Dra. Maria Becker de Carvalho
Dra. Natália Neves
Dra. Tamara da Silva
Dra. Franciele de Oliveira Santos

DEPARTAMENTO TRABALHISTA
Dra. Bárbara Garcez de Souza
Dra. Camila Spiekermann
Dra. Lucinara Titello Serafini
Dra. Anna Cláudia Göergen

DEPARTAMENTO CRIMINAL
Dr. Jorge Luiz Garcez de Souza
Dr. Giuliano de Souza Orso
Dr. Leonardo Silva de Farias

UNIDADES DE ATENDIMENTO
Teutônia: Languiru e Canabarro | Lajeado
Bom Retiro do Sul | Cruzeiro do Sul | Estrela
Santa Cruz do Sul | Paverama | Roca Sales
OAB-RS 3.017

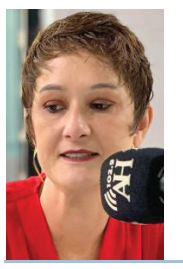
FILIPE FALEIRO\ARQUIVO





ARDÊMIO HEINECK

O Vale tem potencial, localização estratégica e dinâmica produtiva. Mas não podemos nos acomodar. Precisamos ousar mais, agregar valor, apoiar inovação e buscar protagonismo. A reconstrução precisa olhar para as pessoas e para os pequenos. E temos que cobrar do Estado e da União sensibilidade com a nossa realidade."



CINTIA AGOSTINI

Temos a percepção de que temos uma economia dinâmica, porém, nem sempre isso se reflete em números. O Vale é vibrante, com características muito próprias, e isso é positivo. Mas é preciso ter atenção. O crescimento foi bom, acima da inflação. Mas nossa representatividade continua igual."



FERNANDO ROHSIG

Temos muito volume produtivo, principalmente na cadeia de alimentos e limpeza, mas o valor agregado é baixo. Importamos milho, soja, fertilizantes, e ainda dependemos de estrutura logística externa. O produtor trabalha, mas não participa da formação do valor final. Isso é estrutural e não se resolve apenas com eficiência produtiva."

Renda

O consultor e economista Fernando Röhsig acrescenta ao debate a renda per capita. Pelos cálculos dele, com a estimativa de 380 mil habitantes, a renda anual gira em torno dos R$ 50 mil por ano (Algo perto dos R$ 4,2 mil ao mês).

"Isso precisa ser um ponto de atenção. Temos muito volume produtivo, principalmente na cadeia de alimentos e limpeza, mas o valor agregado é baixo. Importamos milho, soja, fertilizantes, e ainda dependemos de estrutura logística externa. O produtor trabalha, mas não participa da formação do valor final. Isso é estrutural e não se resolve apenas com eficiência produtiva."

Uma das saídas, segundo Röhsig, está em criar uma identidade territorial forte, capaz de gerar valor de mercado. Ele defende a criação de denominações de origem e selos geográficos para produtos típicos do Vale.

"O Chile conseguiu transformar as frutas e vinhos em marcas globais. Não é só qualidade, é percepção de valor. E isso começa com uma identidade bem definida. Podemos ter o nosso selo, nosso diferencial. Algo que diga: este produto é do Vale do Taquari."

Essa estratégia, avalia, pode trazer sustentabilidade à economia, em especial em um cenário de eventos climáticos frequentes. "Não controlamos a seca ou a enchente. Mas podemos controlar como apresentamos nossa produção ao mundo."

engenho de ideias

AQUI, A LEI NÃO ESPERA ACONTECER.
ELA AGE PARA PREVENIR.

Resultados do 1º semestre de 2025 mostram uma Lajeado melhor para todos.

Avanços na redução de crimes (2019 – 2024):

- Homicídios dolosos: queda de 32%.
- Tentativas de homicídio: de 21 para 4 casos (-80,9%).
- Roubos a pedestres: de 69 para 13 ocorrências (-81,2%).
- Furtos e roubos de veículos: de 220 para 78 registros (-64,5%).

Mais ações de prevenção e cuidado:

- PROERD: 16 escolas, 32 turmas, 713 alunos.
- Policiamento Comunitário: 7 escolas, 311 alunos.
- Operações Integradas: 180 ações desde 2019, 5 já em 2025.
- Videomonitoramento: 91 câmeras ativas, + 40 até agosto/2025.

Com a força do Pacto Lajeado pela Paz, **construímos juntos uma cidade mais protegida e um futuro com mais tranquilidade para cada lajeadense.**

Pacto Lajeado pela Paz

(51) 3982.1262
pacto@lajeado.rs.gov.br
@pactolajeadopelapaz

PREFEITURA DE LAJEADO
Aqui é o nosso lugar

Publicação paga pela Prefeitura de Lajeado. Veiculação: R$ 1.470,25 | Criação: R$ 0,00 [Lei 13.019/2017]

MOBILIDADE URBANA

Rotatória busca minimizar gargalos no São Cristóvão

Construção de dispositivo no cruzamento da avenida Piraí com as ruas Coelho Neto e Guanabara iniciou nesta semana. Governo projeta melhora no fluxo de veículos com medida, que deve vir acompanhada de modificações na Pasqualini

Mateus Souza
mateus@grupoahora.net.br

Colaboração
Maira Schneider

LAJEADO

Até semana que vem, um dos trechos mais movimentados no bairro São Cristóvão vai contar com uma rotatória para dar maior fluidez ao trânsito. A construção do dispositivo é feita no cruzamento da avenida Piraí com as ruas Coelho Neto e Guanabara, região da cidade que experimentou um crescimento exponencial nos últimos anos, com novos empreendimentos comerciais e imobiliários.

Idealizada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Mobilidade, a obra começou a ser executada no começo desta semana, com a retirada de quebra-molas e reforço da base do asfalto para aumentar a durabilidade. O local também começou a receber sinalização para facilitar o deslocamento dos veículos.

De acordo com o secretário de Planejamento, Alex Schmitt, a escolha pela rotatória se deu após estudos técnicos indicarem que uma sinaleira no local exigiria tempo de quatro fases, o que poderia agravar os congestionamentos no trecho. Na outra ponta da Piraí, também há um semáforo, alvo de críticas de motoristas pelo pouco tempo de abertura.

"Optamos pela rótula porque ela garante acessos mais ágeis e seguros para os usuários. O cruzamento é bastante utilizado e precisava dessa solução para reduzir conflitos. Esperamos finalizá-la até semana que vem", salienta Schmitt.

O secretário lembra que as normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) estabelecem prioridade nas rotatórias para o veículo que já estiver circulando dentro dela.



Expectativa é de que rótula seja liberada para trânsito nos próximos dias



ALEX SCHMITT
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO DE LAJEADO

Optamos pela rótula porque ela garante acessos mais ágeis e seguros para os usuários"

Isso significa que, ao se aproximar de uma rotatória, o condutor deve reduzir a velocidade e aguardar a passagem dos veículos que já estão na rotatória antes de entrar.

Corredor verde

Embora fique em um ponto diferente do São Cristóvão, a rotatória na Piraí integra uma série de investimentos em mobilidade urbana que o município pretende implementar no bairro, com o objetivo de proporcionar uma ligação direta entre o Centro e a Univates por meio da avenida Senador Alberto Pasqualini.

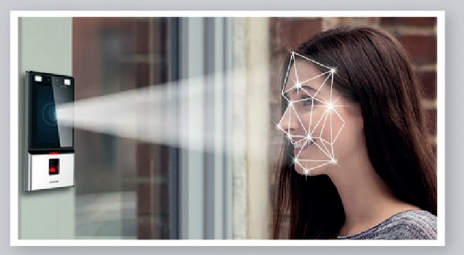
"Essa proposta vai permitir que o motorista saia lá da Júlio de Castilhos, próximo ao Posto Faleiro, e consiga chegar na universidade sem parar em semáforos. Isso vai criar maior fluidez no trânsito, vai tirar esses veículos mais rapidamente da pista", pontua.

Pela proposta, será excluída a conversão à esquerda para quem sobe a Pasqualini e deseja ingressar na Piraí, exigindo que o motorista faça uma quadra a mais, à direita. O acesso se dará pelas ruas Miguel Tostes, Minas Gerais e Washington Luís, até retornar à avenida principal.

Avanços em outros bairros

Além do São Cristóvão, outras rótulas têm sido implantadas em pontos estratégicos. Nesta semana, foi finalizada a rotatória no cruzamento próximo ao Parque do Dick, no Centro, também em uma região de grande fluxo e circulação de linhas de ônibus. "Percebemos que os motoristas estão se adaptando bem. É uma mudança de hábito que aos poucos melhora a mobilidade", afirma.

As rótulas fazem parte de um conjunto de microintervenções baseadas nos relatórios anuais de acidentes de trânsito. "Priorizamos os pontos onde há maior registro de ocorrências. Às vezes, não é apenas uma rótula que resolve: pode ser uma pista adicional, nova sinalização ou outro tipo de melhoria. O importante é atacar os conflitos para trazer mais segurança".

As melhores soluções em sistemas de segurança, instalações elétricas e energia solar
TRADIÇÃO Desde 1985 CONFIANÇA
Sistemas de Segurança WM

Controle de acesso com reconhecimento facial intelbras
• Automatizadores de portões (energia elétrica e bateria)
• Alarmes
• Vídeo porteiros
• Circuito interno de TV Digital
• Controle de acesso com reconhecimento facial e biometria
wm@wmsistseg.com.br | 51 3714-2377
KASEG ELETRO INSTALADORA LTDA.
Energia Solar Fotovoltaica

Sistemas WEG
• Energia Solar Fotovoltaica;
• Instalações elétricas;
• Residenciais comerciais e industriais;
• Montagem de quadros e comandos elétricos.
www.kaseg.net.br | 51 3714-4962 | 51 99678-2022
COMEF
Comercial Elétrica Florestal Ltda
Comércio de Material Elétrico Industrial e Residencial

eletricaflorestal@gmail.com | 51 3714-4166 | 51 99919-5758
Rua Duque de Caxias, 1090, Florestal – Lajeado

Assunto em evidência

Não é de hoje que a mobilidade urbana está entre os assuntos mais destacados no bairro São Cristóvão. Publicação de abril do projeto "Lajeado – Um novo olhar sobre os bairros", deu luz às possibilidades de solução para os gargalos do trânsito.


LAJEADO A HORA
Um novo olhar sobre os bairros
MOBILIDADE EM RISCO
LUZES AO PARQUE DO IMIGRANTE
AS ORIGENS DA MAIOR FEIRA DE LAJEADO
ALTO DO PARQUE
NOVOS NEGÓCIOS MUDAM DINÂMICA DO BAIRRO
CAOS NO TRÂNSITO EXIGE SOLUÇÕES
EM MOBILIDADE NO SÃO CRISTÓVÃO
ROTATIVO
Expansão e dificuldades
Fase de orçamentação

economia



Visão Empresarial

Milena Waitikoski Pedroso
Diretora de Comunicação do IEE

Custo Brasil: o sócio invisível

No Brasil, empreender é um ato de coragem. Em meio a um ambiente marcado por elevada complexidade tributária, insegurança jurídica e excessiva burocracia, o Estado assume, na prática, o papel de um sócio oculto e oneroso. Um sócio que não investe, não compartilha riscos, mas exige participação desproporcional nos resultados e impõe barreiras ao crescimento de quem produz e emprega.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, a estrutura estatal foi continuamente expandida por governos de orientação social-democrata que, embora tenham promovido sucessivos aumentos de carga tributária, com a criação de tributos como CPMF, Cide, Cofins, PIS e ISS sobre importações, não conseguiram reduzir o tamanho da máquina pública nem elevar de forma significativa a qualidade dos serviços prestados à população. O resultado é um sistema tributário que soma mais de 443 mil normas já editadas, impactando diretamente a previsibilidade e a competitividade dos negócios.

Atualmente, o trabalhador brasileiro destina, em média, cinco meses do ano exclusivamente ao pagamento de tributos. São 149 dias de esforço voltados à manutenção de uma estrutura que, apesar do alto custo, ainda falha em entregar serviços públicos básicos com qualidade, seja na educação, na saúde ou na segurança. Para o empreendedor, esse peso se traduz no chamado Custo Brasil: um conjunto de ineficiências que opera silenciosamente, mas com profundo impacto sobre a produtividade nacional.

Estima-se que o Custo Brasil ultrapasse R$ 1,5 trilhão por ano. Os principais fatores que compõem esse custo são a burocracia excessiva, as incertezas legais, a baixa qualidade da infraestrutura e a complexidade do sistema tributário. No ranking do Banco Mundial que avalia a facilidade de fazer negócios, o Brasil figura atrás de países como Senegal, Lesoto e Gana.

> Os principais fatores que compõem esse custo são a burocracia excessiva, as incertezas legais, a baixa qualidade da infraestrutura e a complexidade do sistema tributário

O ônus, no entanto, não se limita ao aspecto financeiro. Há também um custo mental significativo: tempo e energia desperdiçados tentando compreender normas instáveis, atendendo a exigências dissonantes ou lidando com sistemas digitais ineficazes. O empreendedor brasileiro, em vez de concentrar seus esforços em inovar e gerar valor, é forçado a se dedicar à tarefa extenuante de navegar pelo labirinto burocrático estatal.

Além disso, a carga tributária sobre a folha de pagamento, uma das mais elevadas do mundo, alcançando 28,8% segundo a CNI, penaliza justamente aqueles que geram empregos formais. Isso inibe contratações, estimula a informalidade e restringe a inclusão produtiva.

O chamado Custo Brasil é, assim, um sócio invisível: onipresente, custoso e contraproducente. Ele encarece produtos, limita investimentos, reduz a competitividade e impõe ao setor produtivo a tarefa de sustentar uma estrutura estatal que entrega menos do que cobra.

Superar esse cenário exige um compromisso com a simplificação do sistema tributário, a redução da burocracia e o fortalecimento da segurança jurídica. O desenvolvimento do país depende da valorização da livre-iniciativa, da eficiência institucional e do reconhecimento de que o empreendedor não pode ser tratado como sócio pagador; deve ser agente essencial da prosperidade nacional.

A coluna Visão Empresarial é publicada neste espaço às quintas-feiras

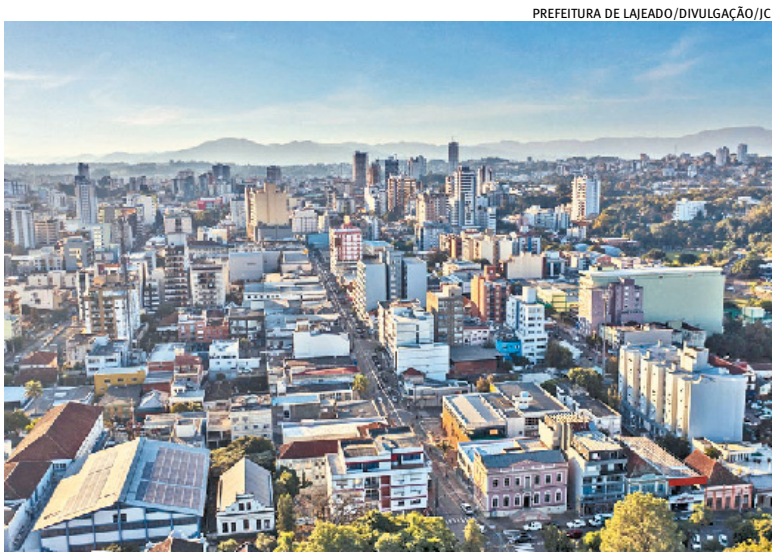
Construção civil ganha força no Vale do Taquari

Obras se intensificam na região com a recuperação pós-enchentes

/ DESENVOLVIMENTO

Ana Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

PREFEITURA DE LAJEADO/DIVULGAÇÃO/JC



Expectativa é de que setor siga crescendo nos próximos anos, diz Sinduscon-VT

O setor da construção civil é um dos mais aquecidos na economia gaúcha nos últimos meses. Já em polvorosa antes das enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em 2024, ele foi ainda mais movimentado com os esforços de reconstrução após a tragédia climática. E, mesmo após o período mais crítico de retomada, a indústria do setor permaneceu crescendo. Os números não mentem: no primeiro trimestre de 2025, a indústria de construção civil aumentou 4,1% no Estado, se comparado ao mesmo período do ano passado – um índice levemente superior ao nacional (3,4%).

No Vale do Taquari, um dos mais atingidos pela catástrofe, não foi diferente. A sua maior cidade, Lajeado, demonstra isso. Conforme relatou a prefeita do município, Gláucia Schumacher (PP), em entrevista exclusiva ao **Jornal do Comércio**, "você anda pela cidade e vê prédios sendo construídos por todo lugar". Afinal, apenas ao longo de 2024, a Secretaria Municipal de Planejamento (Seplan), aprovou construções que, somadas, chegam a cerca de 400 mil metros quadrados.

A percepção é compartilhada com o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Vale do Taquari (Sinduscon-VT) Daniel Bergesch. De acordo com ele, esse crescimento visível se torna ainda mais palpável ao comparar Lajeado com Santa Cruz do Sul, situada a cerca de 60 km da "capital do Vale do Taquari" e com 40 mil habitantes a mais. "Temos uma densidade demográfica cinco vezes maior, e os terrenos também acabam sendo mais disputados, gerando um valor de cota terreno do imóvel superior", garante o dirigente

Essa densidade se traduz em uma intensa verticalização. Cada vez mais, a cidade constrói edifícios. Outras oportunidades e demandas começam a surgir devido a isso. Por um lado, Bergesch cita a necessidade de investimentos em mobilidade urbana, para dar conta da malha urbana que passa a se formar nos centros da cidade. Por outro, o líder do Sinduscon-VT nota um consumidor mais exigente, trazendo projetos imobiliários de maior qualidade, focados no conforto e no luxo. Ambas podem ser oportunidades de investimento no município.

Um desses megaempreendimentos atraídos para Lajeado foi o edifício São Cristóvão, cuja construção foi concluída no final de 2024. Com 151 metros de altura, ele é considerado o prédio mais alto do Rio Grande do Sul e contou com um investimento de R$ 80 milhões. E, para Bergesch, essas iniciativas fomentam a economia local. "Uma coisa traz a outra, porque se cria um atrativo para mais pessoas virem investir aqui. A região onde o prédio foi criado está em grande crescimento e se tornando praticamente um segundo centro da cidade", avalia o dirigente.

A expectativa é, justamente, que o setor siga crescendo nos próximos anos. Afinal, Lajeado cresceu de 71.445 para 93.646 habitantes entre 2010 e 2022, datas em que foram realizados os últimos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E, se seguir nesse ritmo, os imóveis devem aumentar ainda mais. "Se a população ampliar na mesma intensidade, teremos, nos próximos 25 anos, 50 mil habitantes, o que demandaria quase mil imóveis novos por ano, sem pcontar os de upgrade, quando a pessoa quer se mudar para evoluir ou querendo uma coisa mais nova", avalia Bergesch.

Governo indica que não abrirá mão de decreto do IOF

/ CONJUNTURA

Reunidos na noite de terça-feira em Brasília, ministros informaram aos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que o governo não pode prescindir do decreto que aumentou alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e que acabou derrubado pelo Congresso.

Seguindo orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União) defenderam em conversa com os presidentes das Casas a constitucionalidade do decreto. Eles sinalizaram que esse deverá ser o argumento do governo durante reunião conciliatória convocada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Relator das ações que tratam dos decretos na corte, Moraes convocou a reunião para o dia 15. Ainda segundo relatos, os emissários do governo lembraram que será necessário promover novos cortes de despesas, incluindo emendas parlamentares, caso o decreto não seja revalidado pelo STF.